



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FASA
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO
DISCIPLINA: MONOGRAFIA
PROFESSOR ORIENTADOR: SIDNEI VOLKMANN

**“Público & Notório”:
Uma análise do investimento em jornalismo sindical e seu
impacto sobre a CSPB e as entidades filiadas.**

Estelito Diniz Rocha Júnior
Curso de Comunicação Social - Jornalismo
Matrícula Nº 2048672/0

Brasília/DF, Junho de 2007

Estelito Diniz Rocha Júnior

**“Público & Notório”:
Uma análise do investimento em jornalismo sindical e seu
impacto sobre a CSPB e as entidades filiadas.**

Trabalho apresentado à Faculdade de
Ciências Sociais Aplicadas, como requisito
parcial para a obtenção ao grau de Bacharel
em Jornalismo do UniCEUB – Centro
Universitário de Brasília

Prof. Orientador Sidnei Volkmann

Brasília, Junho de 2007

Estelito Diniz Rocha Júnior

**“Público & Notório”:
Uma análise do investimento em jornalismo sindical e seu
impacto sobre a CSPB e as entidades filiadas.**

Trabalho apresentado à Faculdade de
Ciências Sociais Aplicadas, como requisito
parcial para a obtenção ao grau de Bacharel
em Jornalismo do UniCEUB – Centro
Universitário de Brasília

**Banca Examinadora
Brasília, 8 de junho de 2007**

Prof. Orientador Sidnei Volkmann
Orientador

Profa. Claudia Busato
Examinadora

Prof. Marccone Gonçalves
Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, que contribuíram decisivamente para que este momento chegasse. Aos meus tios e avôs que acreditaram em mim e ajudaram na minha formação acadêmica.

Aos amigos que receberam vários “não” durante esta jornada e souberam entender este momento.

Aos professores obrigado pelo ensinamento que usarei pelo resto da vida, aos colegas jornalista obrigado pelo complemento do ensino recebido.

E por ultimo, mas não menos importante, a todos os companheiros do movimento estudantil, que mudaram a minha vida e garantiram uma pessoa melhor e um profissional mais consciente.

*"Este país, com suas instituições, pertence ao povo, que nele mora.
Quando ele estiver cansado do governo existente, deve poder sempre
exercer o direito constitucional de censurá-lo, ou o direito revolucionário,
de derrubá-lo".*

Abraham Lincoln

RESUMO

O investimento das organizações sindicais em comunicação vem crescendo nos últimos anos. A necessidade de ampliar o diálogo com as entidades filiadas se intensificou depois da posse do presidente Lula, em 2001. As reformas propostas pelo novo governo atingiam diretamente as entidades sindicais, em sua organização e financiamento. Com isso, as entidades perceberam que era necessário estreitar a comunicação com as entidades filiadas e fortalecer o contato político no Congresso Nacional. A Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) reestruturou o departamento de comunicação e investiu em vários tipos de mídia para ampliar o contato com as entidades filiadas e se apresentar como entidade representativa dos servidores públicos. O programa de tevê “Público & Notório” foi o segundo passo do investimento na comunicação da CSPB. Os dirigentes da entidade queriam reforçar o contato com as entidades filiadas, com a abordagem de temas, sindicais, trabalhistas e sociais. O “Público & Notório” também passou a representar uma “vitrine” para a entidade. Parlamentares, ministros, secretários e líderes sindicais eram os entrevistados do programa. Com este primeiro contato, a entidade passava a ganhar nova visibilidade e também começou a ser convidada para participar de outros programas e de eventos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Palavras-chaves: Sindicalismo, Jornalismo sindical e servidores públicos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	11
METODOLOGIA	28
DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	33
CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	44
ANEXOS	45

INTRODUÇÃO

Uma importante base social está ligada aos sindicatos, os trabalhadores. Não importa se o sindicato dos trabalhadores domésticos ou dos juizes federais, todos necessitam de um elo com a categoria, mas como esta evolução tem acompanhando os avanços tecnológicos. A complexidade dos meios de comunicação, como rádio, tevê e Internet, tem sido utilizada de maneira eficaz. A importância destes avanços tem sido percebida pelos dirigentes sindicais.

A estruturação de departamentos de comunicação com a contratação de profissionais qualificados para desenvolver o diálogo com os veículos de comunicação e as entidades filiadas está surtindo efeito esperado. Esta é a pergunta que os dirigentes estão fazendo. Por que sair do jornal impresso, utilizado há várias décadas, como é o caso de algumas instituições, para se “aventurar” em novos meios eletrônicos, como o rádio, a televisão e a Internet.

No caso da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), o investimento se consolidou na criação de um programa de tevê, o “Público & Notório”. Este é o objeto do trabalho, saber se o interesse político-sindical da CSPB foi alcançado pelo departamento de comunicação da entidade. Com isso, podendo ser modelo de futuras inserções da comunicação nas entidades sindicais.

A organização sindical brasileira chegou a um nível bastante sofisticado. As relações trabalhistas têm evoluído constantemente nas últimas décadas, principalmente após a reabertura política do país.

Os sindicatos, federações e confederações têm procurado aumentar a mobilização dos trabalhadores, para manter os direitos conquistados e implementar novas lutas pela qualidade no trabalho. Com isso, as entidades estão percebendo que a comunicação voltada para a categoria e principalmente atender os meios de comunicação é fundamental para apresentar o trabalho da entidade e consolidar politicamente a organização perante a sociedade.

Essa evolução no pensamento dos dirigentes sindicais, de que a comunicação é ferramenta essencial no diálogo com os trabalhadores, imprensa e

comunidade tornam o segmento um grande espaço de trabalho para os profissionais da imprensa.

Em muitos casos, a evolução iniciou de um jornal impresso até programas de televisão em algumas organizações. São projetos ousados que estão se consolidando no mundo sindical, cada vez com mais intensidade, por isso este trabalho tem a finalidade de aprofundar o debate entre os jornalistas e este segmento econômico-social importante, apresentando projetos que deram certo e o caminho trilhado.

1.1. Motivação

A motivação pessoal da escolha do tema jornalismo sindical decorre dos dez anos de militância no movimento estudantil e posteriormente o sindical. Esta convivência na área de assessoria apresentou-me a falta de interesse das organizações trabalhistas em desenvolver mecanismos de comunicação para se aproximar dos trabalhadores. Existia uma resistência à implementação de um setor de comunicação nos sindicatos, na maioria das vezes, por falta de conhecimento das potencialidades que uma boa gestão de comunicação poderia facilitar o diálogo da entidade com a categoria.

Outra motivação foi a social. Hoje, existem no Brasil milhares de sindicatos, que representam milhões de trabalhadores. A importância da atuação sindical na vida do trabalhador é importante na manutenção de direitos e na legítima luta por melhores condições de trabalho e vida. Este papel ficou ainda mais evidente com a chegada dos efeitos da pós-modernidade, que apresentou novas formas de interação comercial, cultural e social.

1.2. Objetivos

Este trabalho tem o objetivo de verificar se o investimento feito pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) em comunicação, resultou em benefícios sob a ótica político-sindical. O estudo aborda aspectos políticos, para verificar a inserção da CSPB como representante dos servidores públicos no Congresso Nacional, além de mensurar a importância sindical e social no contato com as entidades filiadas.

Com isso, o trabalho demonstrará como o “Público & Notório” contribuiu para ampliar o diálogo. E como a formação político-sindical das entidades filiadas foi fortalecida com a abordagem de temas de relevância nacional, pelo programa de tevê.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O desenvolvimento dos meios de comunicação apresentou uma nova realidade às entidades sindicais. As alternativas de divulgação do trabalho realizado pela organização, o contato com os filiados e futuros membros, e a consolidação política do sindicato junto aos meios de comunicação e órgãos do Estado são fatores que se apresentam ao novo sindicalismo brasileiro.

Com isso, os dirigentes dessas entidades começaram a utilizar, cada vez mais, o trabalho de assessorias de imprensa ou secretarias de comunicação para aproveitar todas as potencialidades dos diversos meios de comunicação, como rádio, tevê e Internet, além do meio impresso que continua tendo espaço importante na divulgação das ações das entidades sindicais.

O novo cenário apresentado, além de ser importante para consolidação política das entidades e um vasto campo de trabalho para os jornalistas, que se especializaram neste seguimento. E este fator é destacado por Edgar Morin como um dos fatores da estratificação social, onde os grupos sociais buscam informações de interesse da categoria:

“A procura de um público variado implica na procura de variedade na informação ou no imaginário; e procura de um grande público implica na procura de um denominador comum.” (MORIN, 2001, p.37)

Este público variado é o alvo das entidades sindicais, como a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB). As notícias do dia-a-dia já estão na grande mídia, o que se propõe com a criação de programas independentes e fugir da concentração e da homogeneidade da mídia. Morin também destaca esta concentração, que muitas vezes é mantida pelo próprio Estado:

“No quadro privado, alguns grandes grupos de imprensa, algumas grandes cadeias de rádio e televisão concentram em seu poder o aparelhamento (rotativas, estúdios) e dominam as comunicações de massa. No quadro público, é o Estado que assegura a concentração.” (MORIN, 2001, p.27)

A comunicação é apontada por vários autores, como Maria Nazareth Ferreira, como um dos pilares do funcionamento da organização sindical. Ferreira destaca, que hoje os sindicatos não podem ficar sem um setor de comunicação eficiente. A divulgação das ações da entidade e a defesa dos interesses dos trabalhadores é papel primordial do jornalismo sindical.

No caso da CSPB, o entendimento foi neste sentido e o investimento aconteceu de forma a consolidar toda uma comunicação e a implementação do programa de tevê “Público & Notório”. E é sobre esta disponibilidade de recursos e a importância da comunicação no mundo sindical que Ferreira destaca:

“O sindicato, que não pode ser analisado senão formando, com os outros termos, um tripé, de suporte a luta da classe trabalhadora: o jornal, o partido, o sindicato. Por outro lado, não se pode reduzir a imprensa operária à imprensa sindical. O alcance da primeira é muito maior.” (FERREIRA, 1988, p.6)

A diferença apontada por Ferreira entre imprensa sindical e operária é importante para entender o compromisso da entidade com a classe trabalhadora. Uma comunicação sindical visa noticiar as ações do sindicato e seus dirigentes. Na comunicação operária o interesse é a preservação dos direitos conquistados, a luta por melhorias trabalhistas, a formação política dos membros e a participação do seguimento nos grandes temas nacionais. Em resumo, a diferença é o comprometimento da entidade com os trabalhadores.

E a divulgação própria é destacada por Raquel Paiva, mesmo com a concentração da mídia há espaço para exposição de idéias e posições dos vários setores da sociedade:

“No entanto , cada vez mais, os veículos se concentram em poucas mãos. E isso, apesar de as populações que até então estavam á margem conseguiram ter acesso e poderem divulgar suas mensagens, muitas vezes produzindo elas mesmas seus veículos de comunicação.” (PAIVA, 2003, p.135)

A comunicação é entendida como fundamental pelos estudiosos para qualquer organização. A utilização dos novos meios tem se tornado cada vez mais freqüentes e sua importância reconhecida pelos dirigentes sindicais.

2.1. Sindicalismo Brasileiro no Século XXI

O sindicalismo brasileiro, neste início de milênio, vive um período conflituoso. Desde a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, o grupo político que assumiu o governo federal adotou como agenda as reformas Sindical e Trabalhista.

No momento anterior a posse do presidente Lula, a ação do movimento sindical se concentrava nas denúncias e resistências ao neoliberalismo, no seu aspecto mais anti-social: o desemprego, que já atinge enormes contingentes de trabalhadores.

Após a posse de Lula, o debate passou a se concentrar nas reformas Sindical e Trabalhista, que o novo governo encaminhou ao Congresso Nacional. Ao colocar em pauta, a rediscussão e a redefinição da organização sindical, definidos no art. 8º da Constituição Federal, o Executivo ameaçou pontos importantes conquistados pelo movimento sindical, em 1988.

A unicidade sindical, custeio compulsório, sistema confederativo e conceito de categoria profissional estavam ameaçados pelas mudanças propostas. Com isso, o governo paralisou o movimento reivindicatório dos trabalhadores e retirou o foco dos conflitos trabalhistas e das relações de trabalho, para a forma e a natureza da estrutura orgânica sindical.

As principais lideranças sindicais do país passaram a se envolver em longo e complexo processo de reflexão a respeito da sobrevivência e da estrutura de organização dos trabalhadores.

2.1.1. Jornalismo sindical

A importância dos meios de comunicação para divulgar o trabalho das entidades sindicais e ajudar na formação política dos trabalhadores tem se consolidado durante décadas de lutas históricas. A mobilização sindical sempre foi considerada fundamental para o sucesso das campanhas dos trabalhadores. Outro fator importante da organização é a comunicação, como já identificou Vladimir Lênin no início do século XX.

Em *O que Fazer?* (LÊNIN, 1979) de 1902, o revolucionário russo aponta a comunicação como “organizador coletivo” dos trabalhadores, e Maria Nazareth

Ferreira destaca no discurso de Lênin a comunicação como instrumento de conscientização dos operários:

“Somente um jornal que divulgue de modo conseqüente os princípios da luta política e levante bem alto a bandeira da democracia estará em condições de convencer todos os elementos democráticos combativos e aproveitar todas as forças progressistas na luta pela liberdade política. Só então se conseguirá transformar o ódio surdo dos trabalhadores à polícia e às autoridades, em ódio consciente ao governo autocrático.” (FERREIRA, 1988, p.12)

Luiz Momesso também enfatiza a importância dos jornais sindicais como agente de diálogo e representação das idéias e posições das categorias representadas pelo sindicato, junto ao governo e a sociedade. Momesso enfoca ainda a importância do uso dos novos meios de comunicação:

“É a inter-relação dos indivíduos entre si, enquanto integrantes das entidades sindicais; a inter-relação dos indivíduos com as instâncias organizadas das suas entidades e vice-versa; a inter-relação das entidades sindicais entre si; da instituição sindical com outras instituições e com a sociedade. É a comunicação entendida como processo, incluindo os recursos midiáticos existentes.” (MOMESSO, 1997, p.41)

Os autores, pesquisadores e pensadores do jornalismo sindical enfocam a necessidade das organizações de trabalhadores utilizarem recursos próprios de comunicação para viabilizar a mobilização e formação da categoria. A influência dos setores econômicos sobre os veículos de comunicação e a falta de interesse da imprensa sobre a vida sindical fortalece a posição das entidades que precisam alcançar os trabalhadores.

Raquel Paiva avalia que existe outra possibilidade para as entidades sindicais fugirem dos discursos oficiais produzidos pela grande mídia. Paiva afirma que a imprensa tem produzido um enfoque padronizado, na qual o sindicalismo tem pouco espaço, por isso à importância de efetivar meios próprios:

“A premência por veículos de comunicação alternativos instala-se dentro dum horizonte em que as grandes redes de informação passam a monopolizar a versão pública sobre fatos e sobre a verdade. Trata-se do momento em que restam poucas opções diferentes do espaço oferecido, que se corporifica como oficial. A padronização do enfoque e a impregnação pelo consumo propiciam, no esgotamento das formas, também a perspectiva de opções até então alijadas. Este é o panorama que permite a inserção de novos atores informativos, e novas propostas comunicacionais.” (PAIVA, 2003, p.135)

Edgar Morin por meio da análise culturológica dos meios de comunicação de massa identificou que apesar da tentativa de massificação cultural, as sociedades são formadas por vários estratos sociais, que buscam informações direcionadas a sua área. Com isso, Morin afirma que os diferentes níveis sociais, educacionais, etários e outros propiciaram a criação de especializações para o jornalismo:

“No começo do século XX, as barreiras das classes sociais, das idades, do nível de educação, delimitaram as zonas respectivas da cultura. A imprensa de opinião se diferenciava grandemente da imprensa de informação, a imprensa burguesa da imprensa popular e criam para si públicos específicos.” (MORIN, 2001, p.39)

Stuart Hall também destaca que a cultura e a formação das identidades sofrem fortemente com os meios de comunicação de massa, porém a variedade de estratos sociais garante abertura para públicos específicos dentro da cultura de uma nação:

“Formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. A identidade plenamente identificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente.” (HALL, 2005, p.45)

O espaço para realização de produtos comunicacionais existe, tanto do ponto de vista da mobilização social dos trabalhadores, como no espaço intelectual, onde a sociedade não funciona como uma massa receptora, mas como ramificações de temas de interesse, como os direitos sociais e trabalhistas. Por isso, os autores enfocam a abertura das sociedades a informações direcionadas por temas, e não apenas gerais promovidas pelos grandes meios de comunicação.

2.2. Sistema Confederativo Brasileiro

A estrutura sindical brasileira, reconhecida por norma constitucional, é constituída por um sistema confederativo, fundado em três níveis: o sindicato, na

base territorial municipal; a federação, em grau estadual; e a confederação, em grau superior as demais, com representação nacional.

Uma confederação é formada pela união de, no mínimo, três federações (art. 535 da CLT¹). Uma federação é formada pela união voluntária de, no mínimo, cinco sindicatos representativos de determinada categoria (art. 534 da CLT).

As centrais sindicais não integram o sistema sindical, não tendo, assim, natureza jurídica sindical; não detêm, por tanto, legitimidade jurídica para decretar greves, celebrar convenções ou acordos coletivos de trabalho, instruir juízo arbitral ou representar categorias de trabalhadores em dissídios coletivos perante a Justiça do Trabalho. Desta forma, no modelo vigente, são associações civis, previstas nos incisos XVII e XXI do art. 5º da Constituição Federal de 1988.

Em 2006, o governo federal propôs a medida provisória nº. 293/06, que reconhecia as centrais como membros do sistema confederativo, mas a proposta não foi consenso entre as entidades, e acabou sendo rejeitada pela Câmara dos Deputados, após pressão de várias centrais sindicais.

2.2.1. A Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB)

A CSPB lidera vinte e duas federações e mais de 1.800 sindicatos em todo território nacional, representando mais de três milhões de servidores públicos civis, municipais, estaduais e federais, sendo que setenta por cento estão nos municípios. As federações filiadas são: Federação Nacional de Auditores e Fiscais de Tributos Municipais - FENAFIM, Federação dos Sindicatos dos Servidores Públicos de Brasília - FSSPB, Federação dos Trabalhadores em Serviços Públicos no Estado da Paraíba - FETASP/PB, Federação dos Sindicatos de Servidores Municipais do Estado do Rio Grande do Sul - FESISMERS, Federação Sindical dos Servidores Públicos do Estado de Mato Grosso - FESSP/MT, Federação dos Servidores Públicos do Estado de Alagoas - FESASP, Federação dos Servidores Públicos do Estado de Mato Grosso do Sul - FESERP, Federação Sindical dos Servidores dos Departamentos de Estradas de Rodagem do Brasil - FASDERBRA, Federação das Entidades Sindicais de Servidores Públicos Municipais do Estado de Goiás - FESSPUMG, Federação Nacional do Fisco Estadual - FENAFISCO, Federação dos

¹ Consolidação das Leis do Trabalho. Decreto-lei nº. 5.452 de 1º de maio de 1943

Servidores Públicos Municipais no Estado do Rio de Janeiro - FESEP, Federação dos Sindicatos dos Servidores Públicos no Estado de São Paulo - FESSP/ESP, Federação dos Sindicatos de Servidores Públicos do Estado do Amazonas - FESPEAM, Federação Nacional das Entidades de Servidores Públicos Federais - FNESPF, Federação Sindical dos Servidores Públicos no Estado do Rio Grande do Sul - FESSERGS, Federação Sindical dos Sindicatos de Servidores Públicos Estadual, Autárquico e Regional no Estado de MG - FESSEP/MG, Federação Gaúcha dos Servidores Federais - FEGASP, Federação das Associações e Sindicatos dos Servidores Públicos no Estado do RJ - FASP, Federação Sindical dos Servidores Públicos Federal, Estadual e Municipais no RN - FETASP, Federação dos Sindicatos e Associações de Servidores Públicos em Pernambuco - FESIASPE, Federação dos Servidores Municipais das Prefeituras no Estado de MG - FESEMPRE, Federação dos Funcionários Públicos Municipais do Estado de São Paulo - FUPESP/SP e Federação das Entidades Sindicais de Servidores Públicos Municipais do Pará - FESMUPA/PA².

A CSPB foi fundada em 30 de julho de 1958, como resultado da mobilização dos servidores públicos, para reconhecimento e ampliação de direitos trabalhistas. A entidade nasceu da necessidade de organização da categoria e fortalecimento das bases.

“É uma entidade civil, sem fins lucrativos, exclusivamente sindical, representativa da Categoria Profissional Servidor Público Civil, dos três níveis (Federal, estaduais, Distrito Federal e Municípios) e das três esferas de Poder (Executivo, Legislativo e Judiciário) integrante do Sistema Confederativo da representação sindical no Brasil.”³

A história da CSPB começou seis anos antes de sua fundação, isto é, no ano de 1952, quando os profissionais servidores públicos federais desenvolviam intensa luta para a implantação do 1º Plano de Classificação de Cargos e Funções (PCC).

Naquela época foram desenvolvidos esforços para que fosse organizada uma entidade que tivesse, pelo menos, a característica de um ente federativo. Nesse contexto foi fundada a UNSP (União Nacional dos Servidores Públicos) entidade que congregava diversas associações e que, juntamente com a UPB (União dos Previdenciários do Brasil) desenvolveu grandes esforços para conseguir o PCC,

² Filiação suspensa, aguardando regularização de documentação.

³ História da CSPB em www.cspb.org.br

entretanto, os esforços foram inúteis. Das mobilizações conseguiu-se a implantação do 1º Estatuto dos Servidores Públicos Federais do Brasil (Lei nº. 1.751/52), ainda em 1952.

O fortalecimento da categoria profissional servidor público civil intensificou-se pela organização de sucessivos congressos que acabaram por conquistar, em 1962, a Lei que assegurou a efetividade, para aqueles que, até então, não eram servidores efetivos.

O 4º Congresso da CSPB, em Minas Gerais, fortaleceu a idéia de se assegurar o direito à sindicalização do profissional servidor público civil. O Projeto de Lei nº. 835/63, que foi arquivado, tinha por base os dispositivos contidos na CLT. Mas, com o Golpe de 64, as discussões sobre este tema e qualquer manifestação sobre organização sindical foram proibidos.

2.2.1.1. A CSPB na constituinte de 1988

Depois da reabertura política, um dos desafios era reorganizar as instituições democráticas. Outro era consolidar uma Constituição, que celebrasse as garantias individuais. Neste ponto a CSPB, juntamente com diversas entidades, coletaram assinaturas, nas praças públicas de todo o país, para apresentar uma Emenda Popular introduzindo o direito à sindicalização do profissional servidor público.

A atuação da entidade na elaboração da Carta Magna de 1988 foi direta, com a participação do diretor de assuntos jurídicos da CSPB, Geraldo Campos, na época também deputado Constituinte. Os esforços eram para ver consolidado juntamente com os demais trabalhadores, os direitos à sindicalização e à greve, dos servidores públicos civis.

“As negociações em 88 foram muito difíceis, apesar da reabertura política, existiam muitos deputados que serviram aos militares, além do medo natural da mudança e a incerteza sobre a democracia brasileira. Muitos direitos pleiteados pelos servidores não foram consolidados em 88. Muitos foram conquistados com lutas posteriores”.⁴

A Comissão Temática, que examinava a matéria, entretanto, não colocou no art. 8º da Constituição o direito a greve dos servidores, deixando à categoria a

⁴ CAMPOS, Geraldo. Presidente Regional do PSDB-DF e ex-deputado constituinte. Entrevista concedida ao programa “Público & Notório”, em 24 de abril de 2005.

margem dos demais trabalhadores. Além disso, não garantiu as entidades representativas dos servidores o direito a contribuição sindical, fonte de recursos financeiros dos sindicatos, federações e confederações.

No entanto, a nova constituição garantiu o direito à sindicalização dos servidores públicos civis. Esta medida resultou na reorganização interna das entidades de servidores públicos, que passaram a desempenhar papel exclusivamente sindical.

2.2.1.2. Uma entidade exclusivamente sindical

Em março de 1990, a CSPB realizou a reunião, na qual deixou de ser uma entidade híbrida para ser uma entidade exclusivamente sindical. A efetiva transformação da Confederação, em entidade sindical se deu em 1992, conforme Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Representantes, com a efetiva elaboração da Reforma Estatutária.

Com o novo ordenamento jurídico, a CSPB passou a ter o direito de ingressar com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn), junto ao Supremo Tribunal Federal, para questionamento de Leis, que excluem ou retiram direito dos servidores. Com isso, aumentando a área de atuação da entidade.

Diante desses fatos pode-se afirmar que a CSPB é uma entidade, exclusivamente sindical, e que por estar legalmente constituída serve, não só, para a proteção dos direitos individuais e coletivos do servidor público civil, nos três níveis e nas três esferas de Poder, sejam ativos, aposentados e seus respectivos pensionistas, mas, e principalmente, do Serviço Público no país.

2.2.1.3. Governo FHC

As reformas propostas no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) foram os principais desafios da CSPB, na década de 1990. As medidas que o governo queria adotar alteravam vários pontos das leis trabalhistas e previdenciárias. Com isso, a atuação da entidade passou a ser intensa na defesa dos direitos dos servidores públicos. A relação com outras entidades do sistema confederativo também se estreitaram na busca por união contra medidas que restringissem os direitos dos servidores e dos demais trabalhadores.

No governo FHC as alterações na estrutura administrativa e fiscal foram profundas. Algumas medidas afetavam diretamente os trabalhadores e a gestão administrativa do Estado. A principal crítica dos sindicalistas foi sobre o fim do monopólio da Petrobras, as privatizações, aumento das dívidas interna e externa, as negociações para instituição da reeleição e a Reforma da Previdência. Esta última destacada pelo atual presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, João Domingos Gomes dos Santos. Segundo ele,

“A Era FHC, foi sem dúvida, anos difíceis. O movimento sindical, ainda estava se fortalecendo e teve que rapidamente conviver com a falta de diálogo. As reuniões com ministros eram sempre tensas e rápidas, já que, ninguém cedia. A maioria das propostas retirava direitos históricos dos trabalhadores, ou dificultava a vida dos trabalhadores. A reforma da previdência foi uma dessas medidas que prejudicaram milhões de brasileiros”.⁵

Com a mudança estatutária, em 1992, onde a CSPB, passou a ser uma entidade exclusivamente sindical, o trabalho para fortalecer as entidades filiadas e a própria Confederação eram o desafio dos dirigentes. Neste período, a CSPB estruturou a maioria das federações, realizando a sindicalização dos servidores públicos, que se tornou possível com a Constituição de 1988.

Para muitos servidores foram oito anos sem aumentos salariais, outro desafio das entidades representativas da categoria. Na “Era FHC” ocorreu o maior número de greve dos servidores, segundo o “Balanço das Greves” do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

2.2.1.4. Governo Lula

No governo Lula, a expectativa era diferente. Pela primeira vez, um candidato sindicalista e operário chegava ao poder. A percepção inicial do movimento sindical era uma ampliação no diálogo entre os trabalhadores, as entidades e o governo.

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), entidade criada pelo movimento sindical para assessorar as entidades e acompanhar os

⁵ SANTOS, João Domingos Gomes dos. Presidente da CSPB. Entrevista concedida a Estelito Diniz, em 12 de abril de 2007.

projetos de interesse dos trabalhadores no Congresso Nacional, além de verificar a atuação dos parlamentares, lançou em fevereiro de 2003, a publicação “Perfil, Propostas e Perspectivas do Governo Lula”, da Série Estudos Políticos.

Na análise realizada pelo DIAP, o novo quadro político era favorável ao estreitamento das negociações entre trabalhadores e governo, como ressaltou o presidente do DIAP, Celso Napolitano, na apresentação do trabalho.

“Com essa publicação, a equipe do DIAP faz um amplo diagnóstico e um bom prognóstico sobre o Governo Lula, oferecendo à sociedade em geral e às lideranças sindicais em particular um material de referência sobre os interesses, desafios e prioridades do novo governo. Além de oferecer um prognóstico sobre o novo governo, o objetivo é evidenciar a existência de disputa sobre o conteúdo da agenda governamental e despertar o movimento social para a importância de atuar nesse processo para que prevaleça o programa sufragado nas urnas e não apenas as reformas defendidas pelo mercado e agentes financeiros”. (DIAP, 2003, p.5)

A publicação apresentava a agenda de interesse do novo governo, sendo muitos dos pontos destacados também considerados como prioridade para o movimento sindical. Os pontos eram as reformas do sistema financeiro; fiscal, tributária e pacto federativo; previdência; política; judiciário; sindical; e trabalhista.

No entanto, o movimento sindical percebeu que as propostas encaminhadas pelo Executivo ao Congresso Nacional, não eram as esperadas. O governo encaminhou, logo no início do mandato, os projetos de Reforma da Previdência, Sindical e Trabalhista. Estes com interferência direta e imediata em todo sistema sindical brasileiro e nos trabalhadores.

Para CSPB, os projetos retiravam direitos históricos dos trabalhadores e as propostas prejudicariam diretamente as entidades sindicais. Diante deste novo desafio que se apresentou, a entidade começou a perceber que era preciso realizar modificações na estrutura de comunicação com os servidores públicos, com as entidades filiadas e ampliar a força política da CSPB.

A direção da entidade, então, começou um processo de modernização da comunicação existente. Foi contratada uma empresa de comunicação para gerenciar a página eletrônica da entidade, realizar assessoria de imprensa e desenvolver um novo modelo de comunicação com as entidades filiadas e com os servidores públicos.

Como destacou o presidente da CSPB, João Domingos Gomes dos Santos:

“Era um momento importante para a CSPB, nós sabíamos que era fundamental avançarmos nesta área, para melhor articular a categoria, contra as reformas propostas pelo governo Lula. Por isso, a CSPB começou, em 2003, a investir pesadamente em ter uma Secretaria de Comunicação, com profissionais qualificados, que pudessem contribuir com a entidade”.⁶

Com isso, no início de 2003, foi montada a Secretaria de Comunicação da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (SECOM/CSPB). Com o papel de desenvolver novas políticas de comunicação para a entidade.

2.3. Secretaria de Comunicação da CSPB

O trabalho desenvolvido pelo novo grupo de jornalistas era desafiador. Primeiro montar uma estrutura que não existia e vencer a barreira de fazer jornalismo sindical de maneira profissional. Até aquele momento, os próprios sindicalistas realizavam o trabalho de informar a categoria dos acontecimentos relevantes à categoria.

Não existia um contato direto com as demais entidades filiadas e suas assessorias. Além, da relação com os servidores ser realizada apenas em momentos de mobilizações para defesa de direitos ou reivindicações salariais.

Os servidores públicos estaduais, municipais e federais representam uma parcela importante da sociedade, tanto econômica como social. Segundo a CSPB, são 8 milhões de brasileiros desempenhando atividades públicas, tanto na área administrativa, educacional, segurança, saúde, entre outras atividades.

Os meios de comunicação dos servidores com a sociedade, com o governo e, muitas vezes, com os próprios servidores estavam aquém da demanda que o setor necessitava de divulgar suas informações. As notícias de sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais só ganham destaque quando os servidores entram em greve e mesmo assim se isto afetar o dia-a-dia da população.

A grande mídia dificilmente abre espaço para as questões sindicais ou classistas. O que levou as entidades de representação dos trabalhadores a procurar alternativas para apresentar a seus membros e a sociedade os resultados do trabalho durante o ano e não apenas em épocas de greve.

⁶ SANTOS, João Domingos Gomes dos. Presidente da CSPB. Entrevista concedida a Estelito Diniz, em 12 de abril de 2007.

A criação de jornais, panfletos, boletins e informativas foi o primeiro passo para tentar melhorar a comunicação e difundir as idéias e reivindicações dos servidores públicos. Esta categoria de trabalhadores se diferencia das demais, pela exclusividade no serviço, pela importância estratégica de funcionamento da máquina pública e pelo poder aquisitivo acima da média nacional.

E com esta visão, uma das entidades de representação dos servidores públicos apostou na busca por outras mídias, além dos veículos impressos. A Confederação dos Servidores Públicos do Brasil modernizou o departamento de comunicação aumentando o diálogo entre a instituição e os servidores filiados, com seu jornal mensal a todos os sindicatos e federações filiados. As notícias retratam a posição da entidade e buscam os temas nacionais que interessam ao servidor e a população de maneira geral.

A reformulação do portal na Internet também diminuiu a distância entre a entidade e os servidores. Hoje, o site www.cspb.org.br é referência no mundo sindical para atualizações de outras entidades, com manutenção constante e temas de interesse da categoria. A página se apresenta como alternativa para divulgação das notícias de relevância para o setor público.

Mas a CSPB ampliou a comunicação com setores importantes da sociedade, como parlamentares, governo, outras entidades sindicais e sociais e principalmente os usuários do serviço público. Com isso, a Confederação apostou no lançamento de um programa de televisão, que pudesse levar a posição da entidade e debater temas importantes para os servidores e para o país.

As dificuldades foram enormes para que a diretoria apostasse em um empreendimento de comunicação, que parecia distante, mas com uma equipe de jornalistas e profissionais de tevê o desafio se tornou realidade, segundo a diretora de comunicação da CSPB, Maria José Mendes,

“Todos os trabalhadores estão aproveitando nosso programa, pois apresentamos assuntos de interesse dos servidores, por sermos uma entidade que os representa, mas abordamos tudo que se relaciona com o mundo do trabalho”,⁷

⁷ MENDES, Maria José. Diretora de Comunicação da CSPB. Entrevista concedida a Estelito Diniz, em 10 de abril de 2007.

2.3.1. O programa “Público & Notório”

E no dia 28 de março de 2004, o “Público & Notório” foi ao ar na TV Brasília e na Rede Gênese, com apresentação do presidente da CSPB, João Domingos, buscando debater questões pertinentes ao setor público, sob a visão dos servidores e dos usuários do serviço público. Com matérias elaboradas por uma equipe de jornalistas, através de entrevistas em estúdio ou gravações com parlamentares, gestores e usuários, busca-se produzir um programa de conteúdo fácil, atraente e diversificado. Um programa que possa manter sintonia afinada com o público brasileiro.

Para o presidente da entidade, João Domingos,

“O que se deve exigir com rigor e intransigência é que os serviços públicos sejam de boa qualidade e eficiente. Este é o perfil do programa: a defesa dos serviços públicos pela ótica de seu usuário, e a defesa do servidor público porque é este quem materializa a ação do estado”.⁸

O presidente da CSPB destaca ainda os temas que o programa já abordou, como reajuste do salário mínimo, 10 anos do Plano Real, 12 e 18 meses de governo Lula, Reformas da Previdência, sindical e universitária. Outros temas também ganharam destaque no “Público & Notório”, entre eles a importância do cooperativismo para o Brasil, as Parcerias Público Privadas (PPPs), a falta de infraestrutura no país e as crises de corrupção no governo Lula e no Congresso Nacional.

Outro papel importante do programa também foi alcançado, o de colocar a CSPB à frente das decisões no mundo sindical e mostrar o papel da entidade para parlamentares e membros da sociedade civil organizada. Entre os entrevistados que estiveram no “Público & Notório” estão os deputados José Carlos Aleluia, Alceu Collares, José Roberto Arruda; os senadores Paulo Paim, Álvaro Dias e Paulo Octavio. As lideranças sindicais também estiveram no programa como José Calixto Ramos e Laerte Teixeira, representantes de centrais sindicais.

Autoridades do Distrito Federal foram entrevistados pelo apresentador, João Domingos, como o deputado distrital Leonardo Prudente, que na época era secretário de Trabalho e o secretário da agência de infra-estrutura, Tadeu Fillipelli.

⁸ SANTOS, João Domingos Gomes dos. Presidente da CSPB. Entrevista concedida a Estelito Diniz, em 12 de abril de 2007.

Outra participação no programa foi do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, o ministro Mauricio Corrêa.

2.3.1.1. Os primeiros resultados

O trabalho desempenhado pela equipe de comunicação da CSPB apresentou resultados positivos para a CSPB, que a diretoria resolveu aumentar o alcance do programa e disponibilizou para as entidades filiadas, em todo Brasil, uma cópia do “Público & Notório”, em CD-Rom, assim qualquer pessoa que tenha um computador poderia assistir o programa, nas cidades onde as emissoras não tivessem retransmissoras. A idéia deu tão certo que várias entidades e parlamentares solicitavam cópias do programa para apresentarem em congressos e reuniões.

Os programas também ficam disponíveis no site da Confederação para que as pessoas de todo mundo possam usufruir dos temas e debates que o programa realizou, com isso a divulgação do programa fica consolidada entre os servidores e entidades sindicais.

2.3.2. O perfil do programa

2.3.2.1. Público-Alvo

O Brasil tem hoje cerca de 8 milhões de servidores públicos federais, estaduais e municipais. Com certeza esse é o público alvo, mas o formato do “Público & Notório” permite que alcance outros segmentos da sociedade, já que tem uma programação variada em informação.

2.3.2.2. Objetivo

Debater questões pertinentes ao setor público, sob a visão dos servidores e dos usuários dos serviços públicos; informar, esclarecer e defender os direitos dos servidores públicos.

Nesta missão o programa cumpre uma função de informação, orientação e formação de opinião sobre a importância, a necessidade e o papel do setor público, aproximando o serviço público à sociedade.

Com matérias elaboradas por uma equipe de jornalistas altamente qualificados, através de entrevistas em estúdio ou gravações com parlamentares, gestores e usuários, busca-se produzir um programa de conteúdo fácil, atraente e diversificado. Um programa que possa manter sintonia afinada com o público brasileiro.

2.3.2.3. Formato

O “Público & Notório” tem duração de trinta minutos divididos em três blocos. Era exibido aos domingos, às 11 horas na TV Brasília, para todo o DF e Entorno, e às 13 horas na Rede Gênese (TV por Assinatura), para 17 estados brasileiros.

2.3.3. Quadros do programa

2.3.3.1. Fatos da Semana

Várias informações que interessam ao servidor público deixam de ter destaque na imprensa. O “Público & Notório” cobre esta lacuna e informa através deste quadro as principais notícias que interessam ao nosso público e a sociedade.

2.3.3.2. A Voz do Congresso

Neste quadro os parlamentares são ouvidos sobre o tema a ser discutido no programa e argumentam sobre o assunto.

2.3.3.3. Giro pelo Brasil

Várias notícias deixam de ser conhecidas por estarem limitadas ao estado de onde se originam. O apresentador, por telefone, conversa com representantes sindicais onde os mesmos dividem as boas novas da região, permitindo assim que todo o País participe da informação.

2.3.3.3. Matérias produzidas

De acordo com o tema, são produzidos vários VT's que enfatizam, através de imagens, texto e entrevistas o conteúdo discutido. São matérias jornalísticas que auxiliam no desenvolvimento da programação, permitindo que haja uma maior compreensão do telespectador.

2.3.3.4. Entrevistas e estúdios

Recebe nos estúdios convidados para discutir o tema proposto da semana. Através de uma linguagem objetiva, procuramos enfatizar o assunto de forma que o telespectador tenha toda a conclusão do assunto.

2.4. A equipe do “Público & Notório”

A equipe do programa era formada por dois repórteres, um produtor, um editor de texto, um editor de imagens, um cinegrafista e um auxiliar. Os trabalhos eram administrados pelo coordenador da Secretaria de Comunicação. Além do editor-chefe, que era o vice-presidente da CSPB. O presidente da entidade era o responsável geral pelo programa. Esta era a equipe fixa do programa.

Nas gravações de estúdio, a equipe da emissora se juntava a estrutura da CSPB, com mais quinze pessoas para realizar a gravação do programa.

2.5. O fim do “Público & Notório” na TV

No dia 11 de dezembro de 2005 foi ao ar o último “Público & Notório” na televisão. Foram noventa edições, em quase dois anos de existência do programa.

A necessidade de uma comunicação mais rápida e interativa apontou o novo cenário da comunicação da CSPB. As entidades filiadas queriam um “Público & Notório” diário, ou um novo canal que tivesse a mesma qualidade de conteúdo, mas que fosse atualizado constantemente.

Por isso, o programa de tevê foi substituído pela versão on line. O “Público & Notório on Line” entrou no ar em janeiro de 2006. Um site totalmente em vídeo, com atualização diária e transmissões ao vivo.

METODOLOGIA

A Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) é uma entidade nacional representativa dos servidores públicos dos três níveis de governo e dos três poderes. Com isso, as entidades filiadas têm sua base de atuação nos estados e municípios, ou seja, as federações e sindicatos, respectivamente.

A obtenção de informações referentes às entidades e os resultados sobre a importância da comunicação para as filiadas poderia ser obtido de várias formas. Mas, para análise deste trabalho foi escolhido o envio de questionário para os entrevistados.

A CSPB forneceu os e-mails das federações e das lideranças sindicais. No caso dos políticos e demais entrevistados foi realizado um contato prévio. Logo em seguida, enviado o e-mail.

Antônio Carlos Gil, no livro Métodos e Técnicas de Pesquisa Social, destaca os métodos que indicam os meios técnicos da investigação. Entre eles está o método monográfico, que o autor define assim:

“O método monográfico parte do princípio de que o estudo de um caso em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou mesmo de todos os casos semelhantes. Esses casos podem ser indivíduos, instituições, grupos, comunidades etc.” (GIL, 1999, p.35)

Gil destaca ainda o delineamento da pesquisa, entre eles temos o levantamento, que apresenta as seguintes características:

“As pesquisas deste tipo se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes dos dados coletados.” (GIL, 1999, p.70)

Dentre as principais vantagens do levantamento está o:

“Conhecimento direto da realidade. À medida que as próprias pessoas informam acerca de seu comportamento, crenças, e opiniões, a investigação torna-se mais livre de interpretações calcadas no subjetivismo dos pesquisadores.” (GIL, 1999, p.71)

Ocorreram também entrevistas presenciais com dirigentes da CSPB que residem em Brasília e puderam conversar com o autor deste trabalho para falarmos sobre o tema.

Entrevista em pesquisas sociais é um dos modelos mais usados. Sua definição é dada por Gil:

“Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam a investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. Enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista é bastante adequada para obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes.” (GIL, 1999, p.117)

A escolha do questionário foi adotada pela dificuldade de uma visita presencial as vinte e duas federações filiadas em diversos estados. A opção telefone também foi descartada pelo custo da operação e o pouco tempo dos dirigentes sindicais para uma conversa demorada.

O uso de questionários é uma das maneiras de obtenção de informações nas pesquisas sociais. Gil apresenta a definição:

“Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc. Os questionários, na maioria das vezes, são propostos por escrito aos respondentes. Costumam, nesse caso, ser designados como questionários auto-aplicados.” (GIL, 1999, p.128)

No caso dos políticos e líderes sindicais, a falta de tempo dos entrevistados foi o fator determinante para a escolha do questionário.

O envio ocorreu trinta dias antes do prazo de entrega deste trabalho, para que os entrevistados pudessem retornar as informações pedidas com calma e a maior exatidão possível.

Os questionários podem ser de vários tipos. Para este trabalho foi escolhido o modelo de questões abertas.

“Nas questões abertas, apresenta-se a pergunta e deixa-se um espaço em branco para que a pessoa escreva sua resposta sem qualquer restrição. A principal vantagem das questões abertas é a de não forçar o respondente a enquadrar sua percepção em alternativas preestabelecidas.” (GIL, 1999, p.131)

Foram enviados dois modelos de questionários. Questionário 1 – Entidades sindicais, e Questionário 2 – Políticos e sindicalistas (Ver Anexos).

3.1. Questionário 1 – Entidades sindicais

O questionário 1 – Entidades sindicais – foi elaborado para ser enviado as vinte e duas federações com situação regular junto a CSPB. O questionário contém dezesseis perguntas, que abordam questões referentes ao tipo de comunicação das entidades, quais meios são utilizados e como a comunicação contribui com a formação dos dirigentes.

Perguntas referentes à mudança nas relações de diálogo com o governo também foram feitas. E ainda se aconteceram mudanças mais intensas após a posse do presidente Lula.

Outras perguntas mais específicas pedem informações exclusivamente do trabalho desempenhado pelo “Público & Notório” no fortalecimento da comunicação entre a CSPB e as entidades filiadas. Além de saber se o programa contribuiu para inserção da Confederação como interlocutor da categoria junto ao Congresso Nacional e outras entidades sindicais.

Neste caso, as perguntas tinham o propósito de verificar a real importância do programa para as federações e qual a contribuição do programa para melhoria do diálogo com a CSPB.

O questionário 1 – Entidades sindicais – foi enviado aos presidentes das vinte e duas federações filiadas, com a recomendação de ser preenchido por algum integrante da diretoria executiva. No caso das federações, o presidente, vice-presidente, secretário-geral ou tesoureiro.

Dos vinte dois questionários enviados, quatorze foram respondidos pelas federações, o que representa mais de sessenta e três por cento das entidades.

As federações e dirigentes que responderam ao questionário foram a Federação dos Servidores Públicos Municipais (RJ), presidente Fernando Cascavel; Federação Nacional das Entidades de Servidores Públicos Federais (SP), presidente Hélio de Melo; Federação dos Sindicatos de Servidores Públicos Municipais e Estaduais (MS), presidente Rudney Vera de Carvalho; Federação das Entidades Sindicais de Servidores Públicos Municipais (GO), presidente Mauro Zica; Federação dos Servidores Públicos Municipais (SP), vice-presidente José Osmir Bertazzoni; Federação dos Sindicatos e Associações de Servidores Públicos (PE), presidente Amaro de Melo Marinho; Federação Sindical dos Servidores Públicos no Estado (RS), presidente Sérgio Arnoud; Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual, Federal e Municipal (RN), presidente Musébio Azevedo; Federação dos Servidores Públicos Municipais (SC), presidente David Vinci; Federação Gaúcha dos Servidores Públicos (RS), presidente Terezinha Arnoud; Federação dos Sindicatos dos Servidores do DER do Brasil (CE), diretor jurídico Iatagan Costa; Federação das Associações dos Sindicatos dos Servidores Públicos (RJ), presidente Marcos Vinícios Gomes Pedro; Federação Nordestina de Agentes e Servidores Penitenciários (PB), secretário-geral Manoel Leite; e a Federação dos Servidores Públicos Municipais (MG), presidente Aldo Liberato.

3.2. Questionário 2 – Políticos e sindicalistas

No segundo questionário direcionado a políticos e sindicalistas foram enviados oito questionários e todos foram respondidos. Neste caso, o objetivo era analisar como a ação do “Público & Notório” contribuiu para solidificar a imagem da CSPB, junto a outras entidades sindicais e também no Congresso Nacional.

As perguntas são relativas à percepção de representatividade da entidade, a importância de um programa de tevê para alcançar um número maior de pessoas e o aumento de participação da CSPB em eventos relacionados ao sindicalismo.

Os entrevistados foram escolhidos dentre os participantes do “Público & Notório”. Sendo dois parlamentares, dois representantes de entidades de pesquisa e análise sindical, três sindicalistas e um integrante do sistema cooperativista.

Os questionários foram respondidos por Antonio Augusto Queiroz, diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP); Moacyr Roberto Tesch Auersvald, presidente da Confederação dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (CONTRATUH); senador Paulo Paim (PT/RS); José Calixto Ramos, presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST); José Carlos Schulte, secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comercio (CNTC); vice-governador Paulo Octávio (DEM/DF); Ana Quitéria, assessora econômica do DIEESE; e Carlos Ayres, diretor financeiro da Central das Cooperativas de Credito do Distrito Federal (SICOOB-DF).

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O questionário 1 – Entidades sindicais – foi respondido por quatorze federações, das vinte duas solicitadas. Em relação à primeira pergunta do questionário “como a comunicação contribui para a formação dos dirigentes sindicais?”, o presidente da Federação dos Servidores Públicos Municipais (RJ), Fernando Cascavel, destacou a importância da comunicação para formação de novos dirigentes:

“O Público & Notório foi um marco para a CSPB. Com isso, os dirigentes passaram a ter contato com vários temas do mundo sindical. Assim, o novo meio de comunicação contribuiu para formar e informar os sindicalistas.”

Cascavel aponta em sua resposta um dos pontos pretendidos pela CSPB com a criação do “Público & Notório”, contribuir com a formação dos dirigentes sindicais. Hélio de Melo, presidente da Federação Nacional das Entidades de Servidores Públicos Federais (SP), também destaca a formação dos dirigentes:

“A CSPB deu um passo ousado com este programa. Mas hoje vejo os resultados. Nossos colegas aprenderam bastante com os temas dos programas, o que facilitou nossas reuniões e debates.”

As perguntas três e quatro, respectivamente, “o poder Executivo modificou a relação de diálogo entre entidades e governo?” e “as entidades tiveram que aumentar o contato com os filiados após a posse do presidente Lula?”, tiveram posições convergentes de todos os entrevistado.

Nas quatorze respostas, as entidades destacaram que após a posse do governo Lula, o diálogo com o governo federal ficou mais difícil. As filiadas da CSPB também destacaram as reformas propostas pelo novo governo como nocivas ao movimento sindical.

Para o presidente da Federação dos Sindicatos de Servidores Públicos Municipais e Estaduais (MS), Rudney Vera de Carvalho, o governo Lula queria

desmontar a estrutura sindical brasileira. Para Carvalho, o “Público & Notório” contribuiu para levar a discussão para o Congresso Nacional:

“Toda semana, a equipe do programa estava na Câmara e no Senado conversando com parlamentares sobre as reformas sindical e trabalhista. Nosso programa foi o único que levantou a discussão sobre os efeitos destas reformas no movimento sindical. Tenho certeza que a cobertura dada pelo PN [Público & Notório] garantiu que o governo não atropelasse as entidades.”

Mauro Zica, presidente da Federação das Entidades Sindicais de Servidores Públicos Municipais (GO), destaca esse mesmo ponto e acrescenta:

“Ter um programa de TV ajuda a divulgar a posição da entidade e fortalece as federações. No caso do governo Lula, as expectativas eram boas, mas logo no primeiro ano o governo encaminhou as reformas que só prejudicariam o mundo sindical. E foi neste momento que a diretoria da CSPB decidiu criar o programa, com total apoio desta entidade.”

Como descrito na Revisão Bibliográfica, deste trabalho, a relação entre o governo Lula e as entidades sindicais ficou estremecida pela falta de diálogo, principalmente em relação às reformas, como foi ressaltado por Carvalho e Zica. Com isso, podemos destacar que mais um dos motivos da criação do “Público & Notório” foi alcançado, ou seja, ser espaço de defesa das posições da CSPB e dos direitos trabalhista e sindical.

Ao responder as perguntas cinco e seis, que são respectivamente. “A nova conjuntura trabalhista reforçou a necessidade de um contato mais direto com a categoria?” e “a quantidade de informação referente a novos projetos, como as reformas trabalhistas e sindicais, demandou uma necessidade por novos canais de diálogo entre as entidades?”, o vice-presidente da Federação dos Servidores Públicos Municipais (SP), José Osmir Bertazzoni, apontou a saída encontrada pela CSPB para ampliar a comunicação com as entidades:

“Quando o projeto do ‘Público & Notório’ estava em discussão aconteceram muitos embates para sua aprovação. Alguns dirigentes achavam o projeto caro e audacioso, mas o entendimento final foi que este poderia ser um instrumento de visibilidade da posição dos servidores públicos. A demanda por informações vindas de Brasília era muito alta. O governo Lula, a cada semana, aparecia com novas propostas de flexibilização dos direitos trabalhistas. Por isso, o programa foi importante para deixar todos os estados a par das mudanças.”

O presidente da Federação dos Sindicatos e Associações de Servidores Públicos (PE), Amaro de Melo Marinho, ao responder a pergunta sete, “a CSPB produziu o programa de tevê “Público & Notório”. O programa contribuiu para ampliar o volume de informações sobre temas relevantes para o movimento sindical?”, respondeu que a iniciativa ajudou a federação a informar os sindicatos:

“as informações, mesmo com todo avanço dos meios de comunicação, na época, não respondiam as demandas das entidades. As informações que saíam nos jornais e na TV eram basicamente o relato do governo e de centrais sindicais ligadas ao PT. O programa da CSPB, não só contribuiu com o aumento das informações, como apresentou todos os pontos de vista, principalmente no caso das reformas.”

A necessidade que a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil tinha de ampliar a comunicação com as entidades filiadas, para que as informações importantes para o movimento sindical pudessem circular de maneira mais ágil, e principalmente, com conteúdo diferenciado foi respondida, segundo Marinho.

Os entrevistados do programa eram especialistas nos temas debatidos, com isso a análise do objeto e do contexto chegava mais próximo da realidade dos dirigentes sindicais.

Nas perguntas nove e dez, respectivamente, “o ‘Público & Notório’ contribuiu para ampliar a inserção da CSPB, no movimento sindical?” e “no ‘Público & Notório’ eram abordados temas sociais, econômicos e educacionais. Com isso, o programa atingiu o público alvo?”. O presidente da Federação Sindical dos Servidores Públicos no Estado do RS, Sérgio Arnoud, analisou como o programa ajudou na consolidação da CSPB e por consequência suas filiadas, no cenário sindical:

“a CSPB é uma confederação antiga, temos muita história dentro do movimento sindical, principalmente na defesa dos servidores públicos estaduais e municipais. Nossa representatividade diante das outras entidades sempre foi boa, mas o espaço que o programa ‘Público & Notório’ abriu foi importantíssimo. Como muitos dirigentes sindicais participaram do programa como entrevistados ou em nossas matérias, a entidade acaba ganhando mais credibilidade e ficando mais conhecida. E principalmente junto a entidades filiadas a outras confederações e centrais, que passaram a conhecer a CSPB. E também saber da estrutura de comunicação de nossa entidade.”

A presidente da Federação Gaúcha dos Servidores Públicos, Terezinha Arnoud, destacou ao responder a pergunta onze, que a participação de políticos no programa foi importante para defesa dos interesses dos servidores e dos

trabalhadores em geral. A pergunta é “a participação de políticos no programa contribuiu para fortalecer a imagem da CSPB, no Congresso Nacional e no Executivo?”. Arnold analisou assim a participação de parlamentares:

“Foi de extrema importância para a CSPB e para nós nos estados a criação do ‘Público & Notório’. A participação de deputados, senadores, ministros e secretários contribuiu com o fortalecimento da CSPB como entidade representativa dos servidores públicos. Nossa entidade se solidificou e ganhou espaço no cenário nacional. Com a presença de parlamentares no programa ficou mais fácil os deputados e senadores lembrarem-se de nós, para realização de audiências públicas e referência de consulta para saber os anseios dos servidores.”

Um dos motivos da criação do “Público & Notório”, como destacado na Revisão Bibliográfica, foi à inserção da CSPB nas grandes questões nacionais, Além de ampliar a atuação no Congresso Nacional, como foi destacado acima por Arnold.

David Vinci, presidente da Federação dos Servidores Públicos Municipais (SC), lembrou ao responder a pergunta onze, a importância da participação de políticos no programa:

“uma vez estávamos em negociação com o governador, para reajuste salarial dos servidores estaduais e a senadora Ideli Salvati [PT] estava acompanhando os sindicalistas. Ela me viu com uma camisa da CSPB e disse que tinha dado uma entrevista a equipe do ‘Público & Notório’, que fica no Senado. Conversei com ela sobre as dificuldades dos servidores e como era importante ter um canal de interlocução com os parlamentares. Depois de nosso encontro, naquele dia, sempre mantivemos contato com o gabinete da senadora em Brasília e no seu escritório, aqui em Santa Catarina.”

Outro ponto destacado na criação do “Público & Notório” era a importância de despertar nas entidades filiadas a importância da comunicação, como instrumento de formação e informação. Por isso, as perguntas doze e treze, abordavam este tema, sendo respectivamente, “o investimento realizado pela CSPB, na produção do ‘Público & Notório’, surtiu efeitos em sua entidade?” e “foram realizados investimentos em comunicação em sua entidade, por causa do ‘Público & Notório’?”.

Minas Gerais, por meio da Federação dos Servidores Públicos Municipais, presidida por Aldo Liberato, realizou investimentos na federação e nos sindicatos para que todos tivessem acesso ao “Público & Notório”. Liberato também destacou que o investimento previa um aumento na comunicação audiovisual com os sindicatos. A idéia do sindicalista era divulgar os temas debatidos pelo programa e já

equipar as entidades filiadas para receber tele aulas e cursos de formação política e social.

“Nossa federação percebeu rapidamente que o caminho adotado pela CSPB era fundamental. Investir em comunicação naquele momento era fundamental. As mudanças na relação de trabalho com a chegada do presidente Lula se tornaram perigosas para o movimento sindical. Por isso, com a criação do Público [& Notório] nós ganhamos um canal de informação, que deveria alcançar o maior número de pessoas possíveis. Diante deste fato, os dirigentes de nossa federação decidiram adquirir um televisor e um aparelho de DVD para cada sindicato, assim quando os CDs chegavam aqui, nos podíamos repassá-los aos sindicatos.”

Para a CSPB, outro ponto importante era ajudar as entidades filiadas a agregar mais sindicatos, ou seja, expandir sua atuação no estado e conseguir sindicalizar mais servidores públicos e ajudar as cidades que desejassem fundar um sindicato. Três dirigentes destacaram este ponto na resposta do questionário, referente à pergunta quatorze. “O programa ‘Público & Notório’ contribuiu para o aumento das entidades filiadas?”.

Iatagan Costa, diretor jurídico da Federação dos Sindicatos dos Servidores do DER do Brasil (CE), apontou os avanços na organização de sua federação:

“A CSPB nos ajudou a organizar nosso encontro nacional e reestruturar as federações estaduais. Além disso, colocou o programa a nossa disposição. Eu mesmo já tive a oportunidade de participar para falar da importância da união entre os trabalhadores para formação de entidades fortes.”

Para o presidente Marcos Vinícios Gomes Pedro, da Federação das Associações dos Sindicatos dos Servidores Públicos (RJ), o caso do Rio é particular, já que existe uma tradição no estado de associações e não de sindicatos:

“O conteúdo do programa ajudou na formação de muitos companheiros. O programa serviu para fortalecer a CSPB, aqui no Rio de Janeiro. Nosso trabalho, com a ajuda da Confederação, foi de transformar as associações em sindicatos, assim sindicalizando os servidores. Naquela época, nos passávamos por um momento muito difícil com a segunda parte da reforma da previdência e a cobertura do programa ajudou muito a esclarecer e principalmente mostrar aos servidores, daqui, a força política da CSPB.

O questionário 2 – Políticos e sindicalistas – foi respondido pelos oito entrevistados. Os políticos entrevistados destacaram a importância de um programa voltado para os servidores públicos.

O senador Paulo Paim (PT-RS), que na época do programa era vice-presidente do Senado, destaca a importância do “Público & Notório” para o movimento sindical:

“O ‘Público & Notório’ é uma conquista do movimento sindical e dos servidores, pois abriu uma porta para que um segmento que vem sendo tão prejudicado possa mostrar sua indignação e através do debate indicar alternativas para as grandes questões nacionais e temas relevantes para os servidores”.

Logo após as participações do senador Paim nos programas do “Público & Notório”, o intercâmbio da entidade com o Senado aumentou consideravelmente. O presidente a CSPB, João Domingos Gomes dos Santos, sempre é convidado pelo senador Paulo Paim, para participar de audiências públicas, que tenham temas trabalhistas, sindicais, ou relacionadas aos servidores públicos.

A CSPB quando apresenta algum projeto ao Senado Federal sempre utiliza o senador Paulo Paim para encaminhar seus projetos. Além de contar com a parceria do senador para realizar debates no Senado sobre temas importantes para os servidores. Relacionamento estreitado após as participações do senador no “Público & Notório”.

O vice-governador do Distrito Federal, Paulo Octavio (DEM), que na época do programa era senador, também participou do “Público & Notório” e afirmou a importância dos servidores. O vice-governador também ressaltou que iniciativas como as da CSPB valorizam uma categoria que sempre foi perseguida:

“Os servidores públicos brasileiros foram responsabilizados por muito tempo por algumas mazelas do país. Nos últimos anos isso vem mudando, principalmente, pela consciência da importância dos servidores para o desenvolvimento do Brasil. Hoje, isso já melhorou. Algumas categorias já conquistaram planos de carreira e salários, mas muito ainda precisa ser feito. E um ponto é fundamental: a valorização financeira desses brasileiros. Por isso, iniciativas como o ‘Público & Notório’ garantem um novo espaço para debater assuntos de interesse do servidor. Em resumo, é um programa que enriquece o serviço público, Brasília e o Brasil”.

As entidades de apoio ao movimento sindical, de assessoramento político e econômico, como o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) também participaram do programa.

Antonio Augusto Queiroz, diretor de documentação do DIAP, ressalta o pioneirismo da CSPB e a importância da valorização dos servidores públicos:

“Acho que o ‘Público & Notório’ foi um programa oportuno porque foi o primeiro em Brasília, na TV aberta, voltado para debater os problemas da sociedade, dando ênfase à importância, necessidade e conveniência da reconstrução do aparelho de Estado. É um programa voltado para a recuperação da auto-estima e dignidade dos servidores públicos que prestam importantes serviços à população, em especial a de baixa renda”.

Para Ana Quitéria, assessora econômica do DIEESE-DF, o editorial do programa é importante para os trabalhadores e entidades, já que aborda temas diversos, não só os relacionados diretamente ao mundo do trabalho:

“Acho que o Público & Notório é um programa bastante esclarecedor com temas variados de interesse dos trabalhadores em geral e de toda a sociedade, diferente dos demais programas já existentes. É um programa importante e necessário”.

O sistema cooperativista é apoiado pela CSPB como forma de socializar as relações de trabalho e garantir mais qualidade de vida e uma remuneração mais justa aos trabalhadores. Por isso, a entidade sempre realiza o mês do cooperativismo, e durante o tempo de veiculação do “Público & Notório” foram realizados programas especiais sobre o tema.

Um dos entrevistados da série sobre o cooperativismo foi o diretor Financeiro da Central das Cooperativas de Crédito do Distrito Federal (SICCOB-DF), Carlos Ayres. O diretor do SICCOB-DF destacou a importância do programa para a sociedade:

“Fiquei bastante impressionado com a importância dos temas tratados que, sem dúvida alguma, trazem reais contribuições para a organização dos trabalhadores do setor público, condição necessária para o avanço da sociedade”.

Várias lideranças sindicais já estiveram no programa como entrevistado principal, debatedor, ou nas matérias produzidas. Para este trabalho foram enviados três questionários, a duas confederações de trabalhadores e uma central sindical.

Moacyr Roberto Tesch Auersvald, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (CONTRATUH), afirmou ao responder o questionário, que a iniciativa da CSPB serve de exemplo para outras entidades:

“O programa ‘Público & Notório’ foi um grande avanço, não só para a CSPB, mas para todo o movimento sindical, em âmbito nacional. O espaço de debate disponibilizado pelo programa, abre oportunidade para as outras entidades sindicais defender seus pontos de vista e valorizar suas atividades. Parabenizo a iniciativa da Confederação em oferecer aos trabalhadores e servidores de todo o Brasil um programa de qualidade exemplar”.

Outra liderança sindical que participou do programa foi José Carlos Schulte, secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC). Schulte atesta que o momento de criação do “Público & Notório” foi importantíssimo para o movimento sindical:

“A CSPB proporcionou ao movimento brasileiro sindical um espaço de discussão e divulgação ímpar para os trabalhadores do nosso país. Isso, posso dizer, principalmente pelo fato de ter coincidido com o momento de discussão de importantes pautas de interesse dos trabalhadores como, por exemplo, as reformas previdenciária e sindical”.

Como representante de uma central sindical que já participou do programa, o questionário foi enviado para o presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), José Calixto Ramos. Com mais de cinquenta anos de movimento sindical e um dos mais respeitados dirigentes brasileiros, Calixto apontou o diferencial do programa é a abordagem de temas relevantes para o movimento sindical. O presidente da Nova Central destaca ainda que as demais entidades também deveriam seguir os passos da CSPB:

“Na minha ótica, o ‘Público & Notório’ atingiu seu objetivo. É um programa de seriedade ímpar, sem partidarismo e ideologismo. Possui uma equipe que realiza o trabalho com muita competência. A CSPB, por seu presidente João Domingos, está realmente de parabéns. Esperamos que as entidades sindicais de cúpula pensem em produzir programas idênticos ao ‘Público & Notório’. Isso porque programas como esse são muito importantes para transmitir às classes trabalhistas e à sociedade assuntos com detalhes que, nem sempre, são divulgados na mídia”.

Os entrevistados do Questionário 2 confirmaram mais um ponto importante da criação do “Público & Notório”, a visibilidade da CSPB, ou seja, tornar-se referência no Congresso Nacional e uma entidade sindical forte e representativa. Com isso, participando das grandes decisões sindicais em conjunto com as outras confederações e centrais sindicais.

Todos os entrevistados destacaram o pioneirismo da entidade, o editorial do programa e a qualidade do material produzido pelos repórteres, além de atestarem que o investimento da CSPB deveria ser seguido por outras entidades.

CONCLUSÃO

Ao final deste trabalho, com a revisão bibliográfica, os dados obtidos junto a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) e a análise dos questionários podemos identificar que os resultados esperados pela direção da CSPB foram alcançados e até superados em alguns pontos.

As entidades filiadas responderam ao estímulo da Confederação de investir na área de comunicação. Muitas começaram a ver a importância de utilizar os meios de comunicação como instrumento de formação e informação de seus dirigentes. Além de contribuir politicamente com as federações.

O retorno obtido pela CSPB com seu investimento resultou na formação de novos quadros, aumento de entidades filiadas e uma maior circulação das ações que a entidade realizou naquele período.

Um dos pontos principais que levaram a criação do “Público & Notório” foi à necessidade de se abrir um novo canal de diálogo com os servidores públicos e com os demais trabalhadores. A mídia “tradicional” não acompanhava com detalhes as discussões sobre as reformas propostas pelo governo Lula, Neste espaço entrou o “Público & Notório”.

Com uma abordagem do ponto de vista do movimento sindical e apresentando alternativas as reformas propostas pelo atual governo, o programa rapidamente passou a fazer parte do cotidiano dos sindicalistas. Uma alternativa para acompanhar as mudanças no mundo sindical.

As autoridades que participaram do programa também comprovam os resultados positivos do “Público & Notório”. Todos destacaram o pioneirismo da entidade e a importância dos servidores públicos terem um espaço próprio na tevê.

Os parlamentares confirmaram que a participação da CSPB no Congresso Nacional aumentou depois da participação de deputados e senadores no programa.

Por isso, podemos aferir que o investimento em jornalismo sindical traz resultados positivos às entidades que investem e também a suas filiadas. As

possibilidades de visibilidade e representatividade podem ser acentuadas com uma comunicação eficiente.

Para os jornalistas, um vasto campo de atuação, principalmente em Brasília, onde o número de entidades sindicais e associativas é grande. Seria necessário até uma mudança na grade curricular das faculdades de jornalismo para ampliar a formação dos estudantes, para que eles possam aproveitar melhor este espaço no mercado de trabalho, mas essa é outra questão para um trabalho futuro.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ANTUNES, Ricardo. O que é sindicalismo? São Paulo: Brasiliense, 1998.
- DIAP. Perfil, Propostas e Perspectivas do Governo Lula. Brasília: Diap, 2003.
- FERREIRA, Maria Nazareth. Imprensa Operária no Brasil. São Paulo: Ática, 1988.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.
- HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. São Paulo: Empório do Livro, 2005.
- HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- HARVEY, David. Condição Pós-moderna. São Paulo: Loyola, 2004.
- IANNI, Ostavio. Enigmas da Modernidade – mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- LENIN, Vladimir. Sobre os sindicatos. In: _____. Que fazer? São Paulo: Livramento, 1979, p. 54-128.
- MOMESSO, Luiz. Comunicação sindical: limites, contradições e perspectivas. Recife: Editora UFPE, 1997.
- MORIN. Edgar. Cultura de Massas no Século XX: Neurose - Vol. 1. São Paulo: Forense Universitária, 2001.
- MORIN. Edgar. Cultura de Massas no Século XX: Necrose - Vol. 2. São Paulo: Forense Universitária, 2001.
- PAIVA, Raquel. O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.
- SANTAELLA, Lucia. Comunicação e Pesquisa: Projetos para Mestrado e Doutorado. Hacker Editores, 2001.
- SANTIAGO, Cláudia; GIANNOTTI, Vito. Comunicação sindical: falando para milhões. Petrópolis: Vozes, 1997.
- SIMÃO, Azis. Sindicato e Estado. São Paulo: Dominus, 1966.
- WWW.CSPB.ORG.BR
- WWW.CSPB.ORG.BR/PUBLICOENOTORIO
- WWW.NCST.ORG.BR

ANEXOS

QUESTIONÁRIO - 01 – ENTIDADES SINDICAIS

- 1- Como a comunicação contribui para a formação dos dirigentes sindicais?
- 2- A comunicação é importante para conscientização dos servidores públicos?
- 3- O poder Executivo modificou a relação de diálogo entre entidades e governo?
- 4- As entidades tiveram que aumentar o contato com os filiados após a posse do presidente Lula?
- 5- A nova conjuntura trabalhista reforçou a necessidade de um contato mais direto com a categoria?
- 6- A quantidade de informação referente a novos projetos, como as reformas trabalhistas e sindicais, demandou uma necessidade por novos canais de diálogo entre as entidades?
- 7- A CSPB produziu o programa de tevê “Público & Notório”. O programa contribuiu para ampliar o volume de informações sobre temas relevantes para o movimento sindical?
- 8- Ao abordar temas sindicais e trabalhistas, o programa “Público & Notório”, estreitou o diálogo com as entidades filiadas?
- 9- O “Público & Notório” contribuiu para ampliar a inserção da CSPB, no movimento sindical?
- 10- No “Público & Notório” eram abordados temas sociais, econômicos e educacionais. Com isso, o programa atingiu o público alvo?
- 11- A participação de políticos no programa contribuiu para fortalecer a imagem da CSPB, no Congresso Nacional e no Executivo?
- 12- O investimento realizado pela CSPB, na produção do “Público & Notório”, surtiu efeitos em sua entidade?
- 13- Foram realizados investimentos em comunicação em sua entidade, por causa do “Público & Notório”?
- 14- O programa “Público & Notório” contribuiu para o aumento das entidades filiadas?
- 15- Como a entidade vê a importância da comunicação para o fortalecimento político da entidade?
- 16- Como a entidade utiliza a comunicação para aumentar o diálogo com os servidores públicos?

QUESTIONÁRIO - 02 – POLÍTICOS E SINDICALISTAS

- 1- Quando o senhor(a) participou do programa “Público & Notório”, já conhecia a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB)?
- 2- O que o senhor(a) achou do formato do programa?
- 3- O tema discutido era referente à qual assunto?
- 4- Como o senhor(a) analisa uma entidade sindical ter um programa de tevê?
- 5- Após sua participação no programa aconteceram contatos posteriores entre o senhor(a) e a CSPB?
- 6- O senhor(a) teve contato com outras pessoas que participaram do programa?
- 7- O senhor(a) ou sua entidade convidaram algum representante da CSPB para algum evento depois de sua participação no programa?
- 8- A iniciativa da CSPB influenciou de alguma forma na sua comunicação, ou da sua entidade?